




“Não somos o caçador e sim a caça”: um olhar antropológico na perspectiva do agente penitenciário brasileiro

RODRIGUES, Ronai Flores. **Na escuridão**: O diário obscuro de apenados, e agentes penitenciários. Amazon ASIN: B09VTGLQ17, 2022. E-book.

Francisco de Assis Cavalcante Oliveira Júnior  

jrcaval@gmail.com

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN

 10.52521/21.10578

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 26/04/2023

Aprovação do trabalho: 03/07/2023

Publicação do trabalho: 15/12/2023

Inesperadamente, encontramos-nos lendo notícias acerca do sistema carcerário do país em sites de notícias, enquanto explorávamos a leitura do e-book “Na escuridão: O diário obscuro de apenados, e agentes penitenciários” de Ronai Flores Rodrigues. Ficamos surpresos com a extrema habilidade de síntese do autor em apresentar sua obra com agentes penitenciários e detentos brasileiros. Em relação aos agentes penitenciários, a luta por reconhecimento profissional e contra os estigmas de torturadores despreparados ou de pouca qualificação fez surgir também a luta pela reclassificação ocupacional, pela aprovação da lei que cria a Polícia Penal, instituindo novos caminhos institucionais para ajustes de velhas problemáticas da profissão e das prisões brasileiras (BRASIL, 2019; NASCIMENTO, 2022).

Envolvido em um cotidiano imprevisível no trabalho investigativo, Rodrigues se viu despropositadamente atraído por uma dimensão do campo etnográfico, sendo esta abordagem carregada de elementos simbólicos das redes de sociabilidade. Ao optar por uma compilação imprevisivelmente etnográfica, usando-se de grupos de policiais penais e detentos de cidades brasileiras, as entrevistas ocorreram com densidade, sob sigilo, salvaguardados os casos de risco à vida dos agentes da polícia penal. Rodrigues foi capaz de fazer um recorte intrínseco de uma realidade institucional que tem sido tradicionalmente esquecida e renegada pela sociedade, por ser a prisão um “lugar do crime”

que não merece atenção, cujos apenados/detentos encontram-se destituídos dos direitos fundamentais básicos.

O sistema prisional brasileiro é um dos mais complexos e desafiadores do mundo. De acordo com dados da última atualização do SISDEPEN, ferramenta de coleta de dados do sistema penitenciário brasileiro, no período de janeiro a junho 2022, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a população carcerária no Brasil ultrapassou os 830 mil detentos, representando um percentual 99% dos presos que estão sob custódia nos sistemas penitenciários. Geralmente pessoas privadas de liberdade em todos os regimes e que, neste contexto, os policiais penais têm um papel fundamental na manutenção da ordem e segurança nos presídios.

Entretanto, os policiais penais são expostos a uma série de situações de violência que comprometem sua integridade física e psicológica. A própria falta de proteção do sistema em relação às situações de violência vividas dentro dos presídios são alguns dos fatores que muitas vezes os agentes são expostos. Além disto, situações de violência sem o equipamento adequado para se proteger e a falta de investimento em treinamento e capacitação dificulta o desempenho das funções.

O levantamento que estamos propondo analisar aqui – em decorrência de citação de um dos policiais entrevistados no livro digital de Rodrigues, embora nos apareça oportuno, intenciona as perspectivas antropológicas nos discursos e depoimentos de policiais penais por ser um importante caminho para compreender as dinâmicas sociais e as relações de poder presentes no ambiente prisional.

Para Rolim (2006), a Polícia é uma instituição de natureza complexa que acumula experiências e desenvolve uma cultura autônoma, o que demanda atenção contínua do campo das Ciências Sociais. No livro de Rodrigues, as hesitações e as perplexidades enfrentadas pelos policiais penais são abordadas sob a perspectiva antropológica, que oferece uma vigilância epistêmica inestimável. Através da etnografia como concepção e prática analítica, é lícito trazer maior clareza aos desafios enfrentados.

As narrativas apresentadas nesta obra representam fontes potencialmente enriquecedoras para a análise da vida social nas prisões brasileira, de suas instituições e das múltiplas formas de (des)estruturação da população carcerária no Brasil. Em particular, a exploração dos fazeres cotidianos do trabalho dos agentes penitenciários que possibilitam uma compreensão da política da polícia penal. Para referir-se ao trabalho e às contribuições de Ramalho (2002) em “Mundo do Crime”, que explora a sociabilidade e os códigos experimentados na Casa de Detenção de São Paulo, sobre uma pesquisa conduzida na década de 1970, em plena ditadura militar e com relevância e ressonância ainda na atualidade, pode-se dizer que o sistema penitenciário brasileiro continua em crise, visto que as superlotações e a inércia da justiça evidenciam formas cruéis, desu-

manas e degradantes de tratamento e punição nas cadeias públicas brasileiras.

No período em que entrevistou os policiais penais, Rodrigues (2022) foi afetado, seguindo os princípios de Zuluar (1999), que apesar do consenso sobre os esforços para denunciar as desigualdades do sistema penal brasileiro, fica evidente ainda uma escassez de estudos etnográficos aprofundados que conseguiram capturar o *ethos*, as práticas sociais e as subculturas dos grupos analisados. Ao interagir com as trocas e redes de sociabilidade estabelecidas a partir de suas interlocuções, o autor coletou um material iminentemente etnográfico por meio de dados, entrevistas informais, conversas e provocações. Como resultado, a narrativa do *e-book* é potencialmente contributiva, combinando elementos do campo comportamental humano, de uma escrita de fácil entendimento, tornando a leitura conscientizadora da mudança de paradigmas no sistema penal brasileiro.

Na leitura, notamos que a escrita de Rodrigues se apoia na observação e interação participativa dos policiais e detentos percorridos por delimitação de relatos cujos seus modelos são condicionantes no ouvir. Neste exercício, o ato de ouvir também é essencial neste processo de compreensão e análise da vida humana em sociedade (OLIVEIRA, 2000), recolocando a importância da observação participante e produzindo significações exímias. O ouvir também é fundamental para a produção de conhecimento de uma forma geral, e fundamental do ponto de vista da obra sobre o sistema prisional. É preciso ouvir tanto os presos quanto os policiais penais, buscando compreender suas vivências e perspectivas sobre a realidade prisional. Oliveira (2000) destaca a importância de se ouvir as vozes marginalizadas, muitas vezes silenciadas pela sociedade. Ainda em relação à escrita e leitura, Rodrigues intercala uma narrativa reveladora, mas não surpreendente através de diálogos com os profissionais e com os prisioneiros.

O livro digital retrata os resultados encontrados no Brasil, sem especificar uma região determinada. O primeiro capítulo da obra dedica-se a descrever o cenário da população prisional e sua estrutura. Aqui, sobressaem alguns dados nacionais, chegando até mesmo a incluir informações fornecidas pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), as carências materiais do sistema e o enfrentamento do déficit de vagas. A superlotação dos presídios é outro desafio apontado pelo autor, dificultando a execução do trabalho dos policiais penais. O excesso de presos em uma mesma cela aumenta a probabilidade de conflitos e situações de violência, não fornecendo ao preso a sua devida dignidade. Neste contexto, os profissionais precisam lidar com uma grande quantidade de pessoas em um espaço reduzido, o que torna o trabalho ainda mais difícil e perigoso.

Goffman (2007) explora as instituições totais, ou seja, aquelas que regulam todos os aspectos da vida dos indivíduos que nelas estão inseridos. Ele argumenta que essas instituições criam uma realidade social diferente daquela do mundo exterior e que os

indivíduos que vivem nelas precisam adaptar-se a essa realidade para sobreviver. Essa adaptação pode ser particularmente difícil para os agentes penitenciários, que precisam lidar com situações de conflito e tensão constantemente.

O poder de fazer emergir conflitos sem precedentes, a violência entre os presos também é uma outra problemática frequente dentro dos presídios. Em muitos casos, os policiais penais são expostos a essas situações de violência, o que aumenta o risco de lesões e até mesmo de morte. Destaca-se que a violência não se restringe apenas aos presos, mas também a agentes penitenciários, que muitas vezes são alvo de ameaças e agressões. Para compreender melhor a perspectiva dos agentes penitenciários brasileiros, é importante sintetizar uma abordagem antropológica. No livro “A Interpretação das Culturas” de Geertz (1989), considerado o fundador da antropologia interpretativa, o antropólogo introduz uma nova abordagem interdisciplinar visando debater sobre os assuntos apresentados.

Segundo Clifford Geertz, a antropologia busca “interpretar as culturas dos outros povos para si mesmos e para os outros” (GEERTZ, 1989, p. 5). Neste sentido, a antropologia pode fornecer uma compreensão mais profunda dos valores, crenças e práticas dos policiais penais brasileiros e como estes moldam suas experiências nos centros de detenção. Não obstante, podemos assegurar que a relação entre policiais penais e detentos nas prisões brasileiras hodiernamente é um tema complexo e delicado. Infelizmente, a exposição muitas vezes é marcada pela violência, abuso de poder e desrespeito aos direitos humanos dos presos. Entretanto, na narrativa de Rodrigues não são temas tão explorados. Pelo contrário, o recorte da obra são os meandros do medo e da insegurança, sentimentos comuns entre os policiais penais entrevistados. Eles enfrentam diariamente a ameaça de rebeliões, fugas, motins e ataques por parte dos detentos. Além do que, muitos agentes são ameaçados e intimidados por organizações criminosas que operam dentro e fora das cadeias, o que aumenta ainda mais o nível de tensão e risco no trabalho.

No segundo capítulo, um aspecto importante é que, de forma indireta, Rodrigues explora no material produzido e comprova que muitas vezes os policiais penais não contam com a proteção e apoio necessários por parte do Estado. Na maioria dos estados brasileiros, esses profissionais trabalham em condições precárias, sem equipamentos de segurança e sem treinamento adequado para lidar com situações de risco, insuflando ansiedade e medo involuntário. Isto nos faz refletir a afirmação de Bauman (2008), quando destaca que o medo como uma das formas de atormentar os indivíduos por meio da insegurança em relação à integridade física.

Diante desse cenário, não é difícil compreender por que muitos policiais penais sofrem de estresse, ansiedade e outros problemas de saúde mental. O medo constante

de serem atacados ou de sofrer retaliações por parte dos detentos pode levar a sintomas como insônia, irritabilidade, depressão e até mesmo transtorno de estresse pós-traumático.

A carreira de policial penal pode parecer, à primeira vista, uma opção estável e segura para muitas pessoas que buscam empregos no serviço público. No entanto, a realidade do cotidiano de trabalho neste setor pode ser muito diferente do que se imagina. Na obra, por questões de segurança, os depoimentos são preservados e mantêm sigilo sobre os nomes e dados pessoais dos agentes penais. A proteção é forma de evitar possíveis retaliações dos presos e seus familiares. Em um dos depoimentos, o policial penal detalha a emoção e a adrenalina de passar em um concurso que desejava há muito tempo devido a estabilidade, mas depois de cerca de 10 anos de profissão, o que era felicidade se transformou em angústia e temor, levando a problemas psicológicos e emocionais.

“Começo a trabalhar às 19 horas da noite, costumo sair sem uniforme, pois lá somos muito marcados e ameaçados. Fico até às 7 da manhã, um dia sim outro não, a não ser quando somos escolhidos para ficar de plantão, aí ficamos 15 dias às vezes sem sair, sobre muita tensão, pois praticamente cumprimos penas com eles”. Neste depoimento, podemos sentir a tensão e a preocupação do policial em relação sua integridade física. É fato que a atuação destes profissionais é fundamental para o funcionamento do sistema carcerário, mas esta tarefa não é fácil e pode ser extremamente estressante.

No contexto do *e-book*, muitos policiais penais se sentem como se estivessem presos e condenados também dentro dos presídios. Isto acontece porque eles são submetidos a uma rotina estressante e muitas vezes violenta, tendo que lidar diariamente com presos perigosos e situações de risco. “Comércio de drogas, estupros, até mesmo assassinatos, a gente faz olhos grossos, pois não temos proteção do sistema. Pelo contrário, somos jogados em uma selva, onde não somos o caçador e sim a caça”, reporta um dos agentes.

Além disso, a falta de recursos e investimentos no sistema carcerário muitas vezes implica em condições precárias de trabalho, como falta de equipamentos de segurança, superlotação e falta de pessoal, o que acaba afetando diretamente a saúde e a segurança dos agentes. “Já me coloquei no lugar deles e prefiro a morte. Sei que eles têm que pagar pelos erros, mas as condições aqui são desumanas. Ninguém sai bem, pelo contrário, saem piores”, afirma um dos policiais entrevistado.

Rodrigues (2022) segue abordagens etnográficas ao descrever a rotina dos policiais penais, evitando enquadramentos em biotipologias rígidas. Já no terceiro capítulo são abordados depoimentos de alguns detentos de vários presídios diferentes espalhados pelo Brasil. Na obra, a realidade das cadeias é marcada por experiências traumáticas

presentes nos testemunhos dos detentos, que muitas vezes são humilhados, sofrem traumas físicos e vivem em condições sub-humanas dentro das prisões.

As formas de violência são heterogêneas e sobrepostas, podendo se manifestar no seu aspecto físico ou no aspecto psicológico, existindo na relação com os policiais penais ou entre os demais internos. Um exemplo destas experiências é a exposição ao *HIV* e a outras doenças, que pode ocorrer devido à falta de acesso a cuidados médicos adequados, à superlotação e à falta de higiene nos presídios. Muitos presos são submetidos a condições de extrema insalubridade, o que aumenta o risco de infecções e doenças. “Peguei *HIV* aqui dentro, sofri demais. Também sou usado para esconder drogas e armas no meu ânus. Se não fizer, eles me matam”, relata um dos detentos entrevistados. No recurso narrativo explorado pelo autor, as formas de relacionamentos agressivos são normalizadas dentro da realidade das cadeias, cuja banalização da violência se coloca como um desses estratagemas.

A natureza perversa da pena de prisão acarreta graves sequelas para o detento, afetando sua psique, mente e vida como condenado. A falta de assistência médica e psicológica adequada agrava ainda mais essa situação, o que leva muitos presos a um estado de desespero e desamparo. Outro ponto de destaque no *e-book* de Rodrigues é o papel das lideranças dentro das cadeias e suas relações com os detentos que são indiretamente evidenciados como comum na manutenção da hierarquia de quais ‘colegas’ serão condenados a situações de tortura, ações desumanas, constrangedoras e até mesmo à morte. E que esta quebra da ordem poderia desestabilizar o *status quo* administrativo dos detentos.

Rodrigues conclui o *e-book* fazendo sérias críticas ao sistema judiciário brasileiro na garantia de justiça e igualdade para todos os cidadãos. A lentidão do sistema tem sido um dos maiores desafios enfrentados e nem todos os Estados tem estrutura adequada. Isto não apenas prejudica a imagem da justiça como um todo, mas também tem graves consequências para a vida dos apenados que esperam anos para terem seus casos julgados. E como consequência pode prejudicar a capacidade dos policiais penais de desempenharem suas funções. Investir em tecnologia e infraestrutura para tornar o processo judicial mais eficiente, ouvir as vozes dos policiais penais para compreender as dinâmicas sociais presentes no ambiente prisional e promover mudanças significativas na política prisional brasileira são fatores essenciais para as melhorias no sistema de Justiça criminal.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.
- BRASIL. **Emenda Constitucional nº 104**, de 4 de dezembro de 2019. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc104.htm. Acessado em 19/01/2020.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 7 ed. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.
- NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo. De carcereiro a policial penal: Entre nomenclaturas, imagem social e atribuições. **Dilemas** - Rev. Estud. Conflito Controle Soc., v. 15, n. 3, p. 883-910, 2022.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo**. 2 ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Ed. UNESP, 2000.
- RAMALHO, José Ricardo. **Mundo do Crime** - a ordem pelo avesso. 3 ed. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, v. 1. 2002.
- ROLIM, Marcos. **A síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIS. **Dados estatísticos do sistema penitenciário**. Disponível em: <https://www.gov.br/depem/pt-br/servicos/sisdepen>. Acesso em: 04 abr. 2023.
- ZALUAR, Alba. **“Violência e Crime”**. In: MICELI, Sérgio. (org.) O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995), vol. 1: Antropologia. São Paulo: Sumaré/ANPOCS, 1999.

Sobre o autor

Francisco de Assis Cavalcante Oliveira Júnior - Mestrando em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN <https://orcid.org/0009-0007-1003-3526> jrcaval@gmail.com